

1 **10ª. REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DEMAIS**
2 **ÁREAS PROTEGIDAS**
3 **BRASÍLIA, 20 DE JUNHO DE 2007**
4 **SALA MULTIUSO - MME**

5
6 **Dominique Louette – MMA/CONAMA**
7

8 Vamos começar a reunião? Boa tarde a todos. Já temos quatro Conselheiros, o quinto Conselheiro do
9 Ministério do Turismo que já está a caminho, então vamos começar a reunião. Eu sou Dominique
10 Louette, sou Diretora Adjunta do CONAMA e conforme o artigo 24 do regimento interno, eu vou dirigir
11 os trabalhos da reunião até a eleição do Presidente. Bom, então hoje a gente está instalando a décima
12 reunião da Câmara Técnica de Unidades de Conservação e Demais Áreas Protegidas na sua nova
13 composição, que vai ficar vigente até próxima eleição daqui a dois anos que vai funcionar com a
14 composição atual que é Ministério da Defesa, Ministério do Turismo, Governo do Distrito Federal,
15 Governo do Amazonas, a Confederação Nacional dos Municípios, Confederação Nacional do Comércio
16 e Novos Curupiras que é uma Entidade Ambientalista da Região Norte. Então, antes de começar, eu
17 vou pedir para que os Conselheiros que estejam presentes se apresentem.
18

19 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**
20

21 Meu nome é Antônio Henrique eu represento a Confederação Nacional do Comércio.
22

23 **Paulo C. Garcia Brandão – Ministério da Defesa**
24

25 Paulo Garcia do Ministério da Defesa.
26

27 **Sávio Mendonça – Governo do Estado do Amazonas**
28

29 Sávio Mendonça do Governo do Amazonas.
30

31 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**
32

33 Luizalice Labarrère, Representante da Sub-Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal.
34

35 **Dominique Louette – MMA/CONAMA**
36

37 Então hoje vamos fazer uma reunião com cinco Conselheiros e estariam ausentes a Confederação
38 Nacional de Municípios e os Novos Curupiras. Eu vou dar uma passada rápida na ordem do dia e
39 depois a gente passaria então à eleição do Presidente e Vice-Presidente. Então, a abertura que eu
40 acabei de fazer e vou fazer logo em seguida uma apresentação rápida sobre o que é o CONAMA e
41 como funcionam as câmaras. A posse dos novos Conselheiros, ficam empossados a partir do momento
42 que a gente abriu a reunião. Vamos passar a eleição de Presidente e Vice-Presidente e depois temos
43 uma ordem do dia com vários processos que serão relatados pelos assessores técnicos da Câmara,
44 explicando o que são esses processos, quais foram os encaminhamentos até hoje e levando a
45 consideração de vocês algumas opções de encaminhamento desses processos. E no final assuntos
46 gerais, se vocês quiserem colocar algum assunto geral em discussão. Então, vamos passar agora à
47 eleição do Presidente e Vice-Presidente. Eu queria saber se entre os Conselheiros que estão aqui há
48 algum interesse em presidir a Câmara Técnica. Talvez a gente possa fazer a apresentação primeiro, e
49 aí fica mais fácil, tem toda razão. Bom, então o Conselho Nacional do Meio Ambiente que é o órgão
50 colegiado que tem o caráter normativo, deliberativo e consultivo que faz parte do Sistema Nacional De
51 Meio Ambiente e que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. O CONAMA tem como
52 finalidades assessorar, estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e
53 os recursos naturais. E ele delibera no âmbito de sua competência sobre normas, padrões compatíveis
54 com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial e sadia qualidade de vida.
55 Competências. O regimento interno tem uma lista muito intensa aqui a gente só levantou as que a
56 gente considera mais importantes, as que a gente mais faz. Seriam estabelecer normas, critérios e
57 padrões relativos ao controle e manutenção da qualidade de meio ambiente. Então são as nossas
58 resoluções, decisões, proposições. Estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades
59 potencialmente ou efetivamente poluidoras, que também fazemos através de resoluções. Estabelecer
60 normas e padrões nacionais de controle da poluição, essa é uma competência específica que é no

61 regimento interno. Acompanhar a implementação do SNUC, e aqui tem uma Câmara Técnica muito
62 importante para isso e decidir em última instância. As penalidades impostas pelo IBAMA. Então
63 qualquer multa, a última instância é o CONAMA. O CONAMA é composto de 107 membros. 104 deles
64 têm direito a voz e voto e três são convidados. Só tem direito a voz. Dentre os membros que tem
65 direito a voto temos o Presidente que é a Ministra do Meio Ambiente, o Secretário Executivo, que é o
66 Secretário Executivo Do Ministério, o Governo Federal com 37 membros, os Governos Estaduais com
67 27 membros, Governos Municipais com 8 membros, Sociedade Civil com 21, Setor Empresarial 8 e
68 Membro Honorário, que é um membro eleito também a cada dois anos. Temos no CONAMA onze
69 Câmaras Técnicas. Dez são o que chamamos de Câmaras Temáticas e uma específica que é a
70 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Estão listadas as onze câmaras e a de assuntos jurídicos é
71 específica porque qualquer Resolução passa por essa câmara para ser analisada a legalidade e
72 constitucionalidade das Resoluções. Então, fizemos aqui um desenho para mostrar como “nasce” uma
73 Resolução do CONAMA. O assunto é levado para a Câmara Técnica, que é a nossa bolinha laranja,
74 que é formada por sete Conselheiros e essa Câmara Técnica pode decidir criar um Grupo de Trabalho
75 para assessorar. É o que acontece na maioria das vezes, porque sete Conselheiros não podem ser
76 especialistas de todos os temas e então cria-se um Grupo de Trabalho que é um grupo aberto em que
77 pode participar qualquer pessoa que funciona por consenso, não há votação no Grupo de Trabalho. O
78 Grupo de Trabalho se reúne quantas vezes for necessário e normalmente o regimento define que são
79 seis meses, mas pode ser prorrogado por mais seis meses até o Grupo de Trabalho considerar que seu
80 trabalho foi concluído. O Grupo de Trabalho terminando a elaboração dessa minuta de proposta de
81 Resolução, ele encaminha para a Câmara Técnica que aí faz uma apreciação sobre o mérito da
82 proposta e pode fazer todas as modificações que quiser. Se por exemplo no Grupo de Trabalho algum
83 artigo em algum artigo não se chegar a um consenso chegam à Câmara Técnica e a Câmara Técnica
84 que vai votar que vai decidir quais resoluções foram encaminhadas à ela é a válida. Quando a Câmara
85 Técnica terminou a apreciação do mérito da proposta que pode levar a uma reunião ou pode levar a
86 várias reuniões dependendo do tema, ela encaminha a proposta que ela votou para a Câmara Técnica
87 de Assuntos Jurídicos, que também é formada por sete Conselheiros mas todos advogados, todos com
88 formação jurídica, e a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos não aprecia o mérito, unicamente a
89 legalidade e constitucionalidade da proposta. Ela também faz todas as modificações que ela achar
90 necessária nesse ponto de vista, aprovando essa Resolução passa então para o plenário sendo que
91 podemos ter retornos no plenário para a jurídica e da jurídica para as câmaras, qualquer instância
92 superior pode decidir que não está maduro, que falta informação, falta mais trabalho e devolver a
93 matéria para outra instância abaixo. Na plenária quando é aprovado é publicada no Diário Oficial
94 quando se trata de Resolução. Então, como eu dizia a Câmara Técnica que é a instância na qual
95 estamos agora, é formada por sete Conselheiros que tem mandato de dois anos. O processo é
96 deliberativo, isto é, as decisões são tomadas por votação por maioria simples dos membros. Então,
97 nesse caso vocês seriam cinco pessoas, teria que haver três votos a dois para ser tomada a decisão. A
98 ausência de um membro por três reuniões consecutivas ou quatro alternadas implica na exclusão do
99 órgão da CT. Uma entidade que se ausentar três vezes consecutivas ou quatro alternadas
100 automaticamente é colocada outra entidade no lugar. E é importante dizer que as Câmaras Técnicas,
101 bem que funcionam por votação, são reuniões públicas, qualquer pessoa pode entrar nessa sala, sentar
102 e pedir a palavra. Agora, o Presidente da sessão pode definir que dá a palavra ou não dá a palavra.
103 Depende do contexto, depende da bagunça que se arma. Eu nunca vi Presidente negar a palavra para
104 ninguém, mas isso pode acontecer, porque na verdade quem decide são vocês, os outros estão aí para
105 apoiar e dar a posição deles. Competência geral das Câmaras Técnicas. Ela propõe à secretaria
106 executiva os itens de pauta das reuniões. Ela encaminha matérias para a plenária que trata da Agenda
107 Nacional de Meio Ambiente e encaminha a proposta para o CIPAM. Se ele é consultado pela SECEX
108 ela emite parecer sobre a solicitação feita pela SECEX. Para o seu trabalho ela pode solicitar dentro do
109 MMA técnicos para apoiá-la e como para a Câmara de Assuntos Jurídicos trabalha sobre a
110 constitucionalidade e legalidade das matérias. No que se refere à CTUC ela tem duas competências
111 específicas. Ela elabora normas que visam a efetiva implementação do SNUC. E ela acompanha a
112 implementação do SNUC por meio da análise de documentos a serem elaborados pelos órgãos
113 competentes. Então, basicamente essa Câmara trata de tudo o que tem a ver com o Sistema Nacional
114 de Unidades de Conservação. Agora uma informação mais, digamos, de logística. A página do
115 CONAMA, na verdade está indicada essa, mas mais simplesmente é www.mma.gov.br/conama, no qual
116 vocês vão encontrar todas as informações referentes a todas as reuniões. Qualquer dúvida que vocês
117 tiverem, normalmente toda a informação está lá. Essa é a página principal e do lado esquerdo a gente
118 tem no menu uma parte de Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho e vocês procurando
119 informação sobre sua Câmara clica lá. O Comitê de Integração de Políticas de Meio Ambiente. É o que
120 a gente chama de conaminho é um conselho formado de um representante de cada um dos cinco

121 segmentos e ele toma decisões, digamos, entre o que seriam Câmaras Técnicas e o plenário, ele em
122 particular aprova as pautas dos plenários. Então, aqui entrando em Câmaras Técnicas e Grupos de
123 Trabalho aqui está a lista das Câmaras Técnicas e dentro de cada Câmara Técnica os Grupos de
124 Trabalho que estão ativos. Quando a gente entra na página da Câmara Técnica do Grupo de Trabalho
125 a gente vai encontrar o nome do coordenador, os Conselheiros, os processos que estão em pauta, as
126 reuniões. Quando a gente entra na página da reunião a gente vai encontrar o convite, a pauta, todas as
127 atas, os resultados, listas de presenças, todos os documentos para análise na plenária e dentro da
128 página da reunião tem os processos que estão em pauta e entrando no processo em pauta então a
129 gente vai achar os documentos que estão em discussão, a última versão da proposta de Resolução a
130 ser discutida. É um pouco confuso no começo, mas está bem organizado. Eu não sei se a
131 apresentação respondia parte da tua pergunta ou não.

132
133 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

134
135 Antônio Henrique, Confederação Nacional do Comércio. Não, eu tenho mais algumas perguntinhas que
136 eu gostaria de fazer. No Grupo de Trabalho, como exemplo, produziu um documento parece que em
137 2001, esse relacionado ao turismo. Veio para a Câmara Técnica, enfim está aqui de volta, é um
138 processo que a gente vai olhar hoje. Nós podemos criar um novo Grupo de Trabalho, caso aquele
139 Grupo de Trabalho não tenha dado conta do recado?

140
141 **Dominique Louette – MMA/CONAMA**

142
143 Não, vocês podem criar um novo.

144
145 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

146
147 Pode inventar e criar um novo grupo, não tem problema?

148
149 **Dominique Louette – MMA/CONAMA**

150
151 Até vocês arquivarem o processo, vocês podem criar grupo, desse criar grupo, trazer de volta, vocês
152 são responsáveis por esse processo. Então se vocês querem que uma Resolução saia daí vocês ou
153 decidem que a Câmara mesmo vai se reunir para discutir o assunto.

154
155 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

156
157 Mesmo tendo sido feita uma gestão passada e a gente começando agora? No caso falta mais tempo,
158 mas não tem problema nenhum, pode-se criar novos grupos, rediscutir, não tem problema nenhum?

159
160 **Dominique Louette – MMA/CONAMA**

161
162 Claro, e mesmo porque, para esse processo foi criado há muito tempo e normalmente o Grupo de
163 Trabalho tem vigência de seis meses. Se ele não fechou, não existe mais aquele grupo. A gente
164 provavelmente quando cria um novo grupo sobre o novo tema a gente resgate os participantes do grupo
165 antigo para mandar convite para essas pessoas que participaram antes se aqui virem, e continuar
166 trabalhando sobre o tema. Mas aquele grupo não existe mais, formalmente aquele grupo não existe
167 mais para a gente.

168
169 **Antônio Henrique Boges Paula - CNC**

170
171 OK. A outra pergunta é sobre a substituição. No caso, tem um assento, casos três estejam
172 impossibilitados de estarem presente nós podemos mandar uma quarta ou quinta pessoa.

173
174 **Dominique Louette – MMA/CONAMA**

175
176 Em Câmara Técnica vocês podem em plenário, não. Mas em Câmara Técnica pode mandar um
177 representante e tem que ser formalizado por e-mail ou por fax, e essa pessoa como no caso o Marcelo
178 tem voz e voto, e ele aqui funciona como Conselheiro. No plenário é que não pode. O plenário é só
179 titular ou suplente.

180

181 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

182

183 As atribuições do Presidente da Câmara?

184

185 **Dominique Louette – MMA/CONAMA**

186

187 O Presidente preside, ele articula a reunião, quando a gente vai marcar reunião de Câmara Técnica a
188 gente consulta a agenda do Presidente e depois propõe para os outros membros as diferentes datas
189 que o Presidente colocou. Na plenária por exemplo quando uma matéria vai para a plenária é o
190 Presidente da Câmara que relata a matéria. O que mais? Eu acho que não tem nada mais específico.
191 A do vice, ele preside quando o Presidente está ausente. Porque no caso do Presidente, não pode
192 presidir um representante. Então, se o titular não estiver presente ou nenhum dos suplentes, não pode
193 se mandar um representante para presidir. Quem preside é o vice-presidente. Vice-presidente é igual,
194 titular ou suplente ou na ausência destes dois algum outro Conselheiro que os Conselheiros presentes
195 designem. Alguma outra pergunta?

196

197 **Marcelo Abreu – Ministério do Turismo**

198

199 Marcelo Abreu, Representando o Ministério do Turismo. Na verdade o nosso titular e suplente tiveram
200 um problema de última hora, e então eu fui nomeado recentemente, e na verdade vou tentar colaborar
201 com o grupo na medida do possível.

202

203 **Dominique Louette – MMA/CONAMA**

204

205 Bom, então, se não tiver nenhuma outra dúvida, a gente pode passar à eleição. Primeiro ver se alguém
206 quer ser Presidente e se tiver vários candidatos a eleição. Tem que ter Presidente, não tem jeito.

207

208 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

209

210 Eu não sei se é possível, talvez numa próxima reunião. No meu caso é a primeira reunião de Câmara
211 Técnica que eu participo. O Marcelo. Está representando. No caso o Marcelo representando também
212 não pode. O Paulo que tem uma experiência maior naturalmente ele seria o Presidente. Seria a minha
213 sugestão. Agora, se ele declinar, a minha sugestão é que a gente passe para a próxima, porque eu
214 acho que tem que esquentar um pouquinho mais. Eu não sei, é minha sugestão. O meu voto seria
215 para o Paulo.

216

217 **Paulo C. Garcia Brandão – Ministério da Defesa**

218

219 O meu voto seria para o Estado do Amazonas e continua sendo desde a última reunião. Eu não sei
220 onde é que está o Estado da Amazônia, estava aqui. Por quê? Porque eu entendo que o Estado do
221 Amazonas é um Estado que tem uma grande afinidade com a criação de gestão de áreas de
222 conservação, seja em quantidade ou seja em dimensões diárias. Então são assuntos complexos que
223 ele vive na área dele e que pode contribuir muito para elaboração das nossas normas aqui. Eu dou a
224 minha colaboração e até me candidatei aqui para a Câmara Técnica, mas eu não tenho experiência em
225 gestão de unidades de conservação, porque eu não tenho unidades de conservação.

226

227 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**

228

229 No caso do Distrito Federal, o órgão ambiental está em processo de estruturação, porque foi criado há
230 menos de um mês o Instituto do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos, o Instituto Brasília Ambiental, e
231 então mesmo que exista a vontade, é uma dificuldade operacional muito grande para assumir essa
232 responsabilidade e normalmente está em fase de composição ainda.

233

234 **Dominique Louette – MMA/CONAMA**

235

236 Bom, então a minha proposta seria que a gente designasse um Presidente para essa reunião e que
237 vocês voltassem a colocar em discussão esse assunto, porque eu acho que não vem ao caso eu estar
238 presidindo ou conduzindo os trabalhos da Câmara. Eu estou indo muito além do que eu deveria estar
239 fazendo. Então, alguém de vocês se dispõe a conduzir os trabalhos nesta reunião? Agora, o que vai
240 acontecer nesses diferentes processos, o Marcelo vai relatar para vocês, porque não dá para ler tudo.

241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300

Antônio Henrique Borges Paula - CNC

Mas cada processo o grupo designa um relator? Para cada processo tem um relator?

Dominique Louette – MMA/CONAMA

Não, tem um relator para a Câmara.

Antônio Henrique Borges Paula - CNC

Só para a Câmara.

Dominique Louette – MMA/CONAMA

Porque geralmente na verdade é criado um Grupo de Trabalho e o Grupo de Trabalho tem o seu relator.

Antônio Henrique Borges Paula - CNC

Então o relator do Grupo de Trabalho que passa a ser o relator do processo.

Dominique Louette – MMA/CONAMA

Então, na verdade o que vai acontecer agora o Marcelo ou Denise vão relatar processo por processo, e se tiver encaminhamento vai submeter a vocês os diversos encaminhamentos. Os processos estão disponíveis aqui fisicamente e lá no Ministério quando vocês quiserem. E, normalmente os documentos importantes estão escaneados e disponibilizados no site. Então, o Paulo César Garcia Brandão do Ministério da Defesa vai presidir a reunião por hoje, e na próxima reunião da Câmara Técnica será colocada novamente em votação, e aí eu proponho, é o Presidente "ad hoc", e na próxima reunião então eu proponho que também vice-presidente e relator tudo isso volte a ser discutido.

Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa

Bom, então vamos lá. Primeiro a Denise.

Denise Fernandes – Secretaria Executiva do CONAMA

Denise, Secretaria Executiva do CONAMA. Boa tarde a todos. Vou iniciar então pelo quarto ponto de pauta da ordem do dia, o primeiro processo. O processo que eu acompanhei um pouco a tramitação. E ele trata de uma Resolução que trata da gestão, estabelecimento da gestão compartilhada de UCs com OSCIPS. O interessado é o CONAMA, porque ele é originário de uma moção número 65. Esse processo ele está tramitando no CONAMA desde 2005, ele passou por quatro reuniões de Grupo de Trabalho e foi encaminhado para a Câmara Técnica de Unidades de Conservação e foi tratado na nona, e inclusive o nosso Presidente "ad hoc" estava na discussão. Finda as deliberações na CTUC ele foi encaminhado para a 32ª. Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e foi pautado na 85 onde foi objeto de pedido de vistas do Ministério da Justiça e o representante das Entidades ambientalistas da Região Nordeste, o GERC. Ele vai ser pautado agora para a 86, já recebemos os pareceres, pelo menos o do Ministério da Justiça já chegou a tempo o parecer. O Ministério da Justiça ele pediu vistas e ele fundamentou o pedido com um parecer de que apresentou algumas alterações pelo Tribunal de Contas da União que está regulamentando as OSCIPS internamente, o controle das OSCIPS. Esse processo, a gente está com ele fisicamente aqui, e é um processo que ele está vindo de bastante discussão.

Antônio Henrique Borges Paula - CNC

A questão que eu coloco é que para entender melhor os pedidos de vista. Primeiro o do Ministério Público, na verdade não é com o processo em si, é com relação junto a OSCIPS, ele não está preocupado com a gestão da OSCIP com a unidade, ele está preocupado a implementação e forma junto às prestação de contas, não é isso?

301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360

Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA

Também.

Antônio Henrique Borges Paula - CNC

Então ele pede vistas mais com relação à relação deles.

Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA

Mas ele apresentou alterações na Resolução.

Antônio Henrique Borges Paula - CNC

E tem uma entidade também que pede vistas. A GERC ele apresentou o motivo?

Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA

O parecer dele ainda não teria chegado.

Antônio Henrique Borges Paula - CNC

Agora, para eu continuar entendendo, porque a gente travou uma discussão paralela, peço desculpas, mas na verdade é para regulamentar o SNUC. A questão que eu levantei, porque era só OSCIP? É claro que a OSCIP restringe e não permite várias organizações não governamentais, enfim, alguns riscos que nós teríamos de gestão nessas unidades de conservação, mas eu pergunto por exemplo em uma estrutura como a do Sesc que era um dos sistemas da CNC, que faz belíssimo, apesar de ser dele, não foi um trabalho de gestão compartilhada, como, por exemplo, a unidade do Sesc Pantanal, que eram 106 mil hectares, foi comprada a pergunta é, se essa OSCIP da forma que está posta, se essa Resolução restringe que a gestão compartilhada se dê apenas com OSCIP, ou seja, para o SESC ter uma gestão compartilhada ele teria que montar uma OSCIP, para um município ou estado ter uma gestão compartilhada ou uma unidade de conservação de um parque da união teria que teria de criar uma OSCIP. Essa questão só que a gente estava travando debate aqui e continuei ainda com uma interrogação ainda sem entender se restringe ou não.

Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA

A Resolução na verdade ela não inovou muito, sabe? Agora com as novas propostas dos pareceristas, talvez as discussões sejam um pouco ampliadas, mas ela está trazendo o que é regulamentado em decreto e o que consta na lei do SNUC. Essa questão da OSCIP já é definida em lei e no decreto.

Antônio Henrique Borges Paula - CNC

Então fechando, a única forma de gestão compartilhada se dá via OSCIP. Um município ou uma prefeitura que queira ter uma gestão compartilhada...

Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA

Que tem uma unidade de conservação municipal é por OSCIP.

Antônio Henrique Borges Paula - CNC

Não tem outra forma?

Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA

Não, gestão compartilhada de unidades de conservação é por OSCIP.

Antônio Henrique Borges Paula - CNC

361
362 Se elas aqui remodelarem vão ter que montar uma OSCIP. É uma questão que me deixa preocupado.
363 Eu acho importante restringir, no caso de ONG, mas ao passo que existem outras estruturas no nosso
364 país que poderiam não só fazer a gestão compartilhada e até aportar recursos, investimentos para
365 melhorar a estrutura dessas unidades de conservação que, num trabalho apresentado pelo Ministério
366 do Meio Ambiente, um trabalho muito bem bonito feito inclusive de uso turístico das unidades de
367 conservação brasileira, onde ele compara com parques da África e outros, é assustador como nós
368 estamos atrás. A África tem metade de parques abertos a visitação e recebe oito vezes mais turistas do
369 que o Brasil.

370
371 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**

372
373 Mas o plano de manejo isso está previsto, a utilização.

374
375 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

376
377 Mas falando da gestão compartilhada.

378
379 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**

380
381 Sim, mas na gestão compartilhada precisa ter o Conselho Gestor.

382
383 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

384
385 Tem que ter uma OSCIP.

386
387 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**

388
389 Vai para o plano de manejo e no plano de manejo já consta isso. .

390
391 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

392
393 Além do plano de manejo tem que ser construído o plano de uso como, por exemplo, o parque de Fóz,
394 porque só plano de manejo, você tem que ter o plano de uso em seguida. Porque o objeto é gestão
395 compartilhada. A gente está falando de gestão.

396
397 **Paulo C. Garcia Brandão – Ministério da Defesa**

398
399 Eu conforme já expressei aqui, a minha leitura não impede a gestão compartilhada com outras
400 entidades com outras que não sejam ONGs, e não sejam OCIPS. Ou seja, o que a lei quis limitar é que
401 não poderia haver gestão de parques por organizações não governamentais. E por isso ela
402 estabeleceu limitações de que essas ONGs se fossem OSCIPs, poderia haver dentro de certos, as
403 OSCIPs, obedecendo certos critérios nós sabemos que são registradas no Ministério da Justiça. Eu
404 vejo dois encaminhamentos. Primeiro, é seguir o mesmo procedimento origem do nosso trabalho atual.
405 Ou seja, fazer uma moção no plenário do CONAMA mostrando como essa aqui de 2001, que é de
406 quem? Do Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável do Estado de Santa Catarina que fez
407 um ofício. E como cabe à nossa Câmara Técnica estabelecer as normas como foram mostradas aí,
408 estabelecer as normas necessárias para a boa gestão das unidades de conservação, nós vamos
409 estabelecer um Grupo de Trabalho que vai fazer uma proposta de Resolução de gestão compartilhada
410 com outras entidades sem ser OSCIPs. É uma proposta originária desse tipo em plenário ou da própria
411 Câmara, se achar necessário que tenha que haver uma outra Resolução, porque essa aqui já está
412 encaminhada. Nem caberia aqui você chegar e dizer, OSCIPs e outros, e aí estabelecer novos
413 critérios.

414
415 **Dominique Louette – MMA/CONAMA**

416
417 O problema é o seguinte. A Resolução do CONAMA regulamenta a lei do SNUC, mas ela só fala de
418 gestão compartilhada com OSCIP. A lei é que não abre para gestão compartilhada com outras
419 entidades. O CONAMA não poderia ampliar o que a lei restringe e então por Resolução a gente não
420 poderia alterar. A única coisa que a gente poderia fazer, que é mecanismo do CONAMA é proposição.

421 Você encaminha uma proposição de alteração da lei do SNUC ou de alteração do decreto, mas por
422 Resolução do CONAMA a gente não altera nada.

423

424 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

425

426 Pois é, a interpretação dada pelo Paulo é outra. Você tem duas questões aqui. O Paulo acha que é
427 porque a lei do SNUC não restringe e vocês duas afirmam que restringe. Eu li também que restringe, a
428 minha leitura é que restringe.

429

430 **Dominique Louette – MMA/CONAMA**

431

432 É que é a interpretação da nossa é a Conjur, eu me apoio na posição da Conjur.

433

434 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**

435

436 Inclusive tem proposta de encaminhamento. A gente fazer uma consulta à Conjur se restringe ou não e
437 daí a gente já dirimir essa dúvida.

438

439 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

440

441 Só uma pergunta. Quanto tempo nós temos para resolver essa questão? Existe um prazo? Porque a
442 Resolução, foi pedido vistas e está aqui, ela tem que voltar para o plenário. Quanto tempo nós temos?

443

444 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**

445

446 Só um esclarecimento. Essa Resolução trouxe como ponto de pauta porque essa matéria pode estar
447 passível de voltar para a Câmara Técnica, só que essa matéria já não está mais em instância de
448 Câmara Técnica, está em plenária.

449

450 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

451

452 Por isso que eu perguntei, porque ela saiu para o plenário e veio para cá?

453

454 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**

455

456 Não. Ela não está aqui.

457

458 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

459

460 Então, porque você levantou essa matéria?

461

462 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**

463

464 Eu estou levantando essa matéria para a Câmara Técnica saber das matérias que são da sua
465 competência, que estão em tramitação ainda, é apresentação da matéria.

466

467 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

468

469 Você está só nos informando. O que pode não acontecer também é que a Câmara Técnica no dia da
470 plenária, caso ela volte, antes que a gente tenha resolvido isso, levantar essas questões e defender
471 algumas posições lá. Mas pelo o que a Dominique está colocando, o que vocês estão colocando, o
472 ideal é aguardar primeiro a posição da Conjur, não é isso?

473

474 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**

475

476 Seria um paralelo. Enquanto a matéria está tramitando a gente pode fazer essa consulta com a Conjur.

477

478 **Dominique Louette – MMA/CONAMA**

479

480 Agora, o Presidente da Câmara Técnica de onde saiu a proposta pode, na plenária, pedir para a
481 proposta voltar para a Câmara. Ele pode dizer eu analisei e a gente não fez direito e a gente quer ver
482 isso novamente. Aí sai de pauta da plenária e volta para a Câmara e a Câmara retoma o processo e aí
483 ela pode voltar, ela volta a trabalhar o processo como ela quiser. Então é complicado.

484
485 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

486
487 A questão que eu pergunto, a gente se sente responsável e quer fazer a coisa bem feita. Eu fico
488 preocupado. Primeiro, porque a Entidade Ambientalista da Região Nordeste pediu vistas? Deve ter
489 tido um motivo e vai chegar uma hora aqui ou não? Se alguém pede vistas, tem algum motivo de pedir
490 vistas, como ficou claro o porque que o Ministério da Justiça pediu vistas. Ficou claro e a gente está
491 entendendo que ele está querendo resolver essas questões junto às OSCIPs. Eu vejo uma
492 possibilidade dos Conselheiros e o Presidente que assumiu aí, eu vejo uma possibilidade.

493
494 **Paulo C. Garcia Brandão – Ministério da Defesa**

495
496 Eu vejo quase uma imposição que seja assim. Baseado em que você só pode dar gestão de uma
497 unidade de conservação para uma OSCIP? Baseado em quê? Com que razão?

498
499 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

500
501 Teoricamente, para resolver isso é simples, você vai lá e monta uma OSCIP, mas é uma coisa que não
502 tem sentido, normalmente não se vê sentido.

503
504 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

505
506 Eu, Governo Federal, não posso fazer uma gestão compartilhada do Parque Nacional do Jaú com o
507 Governo do Estado do Amazonas?

508
509 **Dominique Louette – MMA/CONAMA**

510
511 Mas eu entendo que se você tem uma Unidade de Conservação Federal, a federação pode delegar ao
512 Estado a gestão sem precisar OSCIP.

513
514 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

515
516 Então pode delegar também ao SESC ou outras entidades.

517
518 **Paulo C. Garcia Brandão – Ministério da Defesa**

519
520 Mas eu posso também querer fazer um termo de parceria, porque o Estado vai chegar e vai dizer eu
521 também não tenho recursos financeiros para fazer a gestão de todos os seus parques federais. Agora,
522 se nós fizermos um termo de parceria ou um termo de parceria com uma OSCIP, mais um convênio, o
523 Governo Federal comigo o Estado do Amazonas eu faço perfeitamente a gestão do Parque Nacional do
524 Jaú. Então é um convênio, não é assinatura de termos de parceria, porque termo de parceria é com
525 OSCIP, mas é também uma gestão compartilhada em que eu Governo Federal vou contribuir com
526 recursos mais variados inclusive recursos financeiros para o Estado do Amazonas fazer a gestão do
527 parque. Eu não vejo impedimento nisso.

528
529 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**

530
531 No artigo 30, você está observando aí o SNUC? O artigo 30 Conselheiro. O SNUC fala no artigo 30: -
532 “As unidades de conservação podem ser geridas por OSCIPs com objetivos afins aos da unidade,
533 mediante instrumentos firmados com o órgão de sua responsável por sua gestão.” No decreto, fala
534 que: - “A gestão compartilhada de uma unidade de conservação por OSCIP é regulada por termo de
535 parceria com o órgão executor.

536
537 **Paulo C. Garcia Brandão – Ministério da Defesa**

538

539 Então, vamos interpretar, Denise. A lei diz que pode ser com OSCIP. O decreto diz que com OSCIP
540 será assim. Não diz de outras. Mas se eu quiser colocar no decreto, eu acho que não é necessário,
541 não é impositivo, mas se eu quisesse, eu colocaria no decreto e dizia: "com outras entidades da
542 federação, será dessa forma".

543
544 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

545
546 E se assim for a proposição do Presidente é pertinente uma moção para a gente despertar.

547
548 **Paulo C. Garcia Brandão – Ministério da Defesa**

549
550 É, mas partindo da consulta da Conjur a gente já vai dirimir para esclarecer melhor aqui.

551
552 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

553
554 Mas se você puder, eu vou sugerir ao futuro Presidente que, aproveitando que a matéria deve ser
555 apreciada no plenário, que ele coloque na plenária essa proposta, aproveitando que o assunto vai estar
556 fervendo dentro do CONAMA.

557
558 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

559
560 Até mesmo com a criação do Instituto Chico Mendes que vai cuidar das atribuições e cuidar dessas
561 unidades e tem uma missão grande pela frente inclusive de abrir parcerias, porque os recursos são
562 pequenos, as áreas são grandes e é complicado e uma boa gestão tem que ter bom uso e que
563 preserva.

564
565 **Marcelo Henrique de Carvalho – MMA / CONAMA**

566
567 Meu nome é Marcelo Carvalho, eu sou Assessor Técnico do CONAMA. Eu vou passar aqui para o
568 segundo item da nossa ordem do dia, que é o segundo processo. Esse processo é de 2001 que fala de
569 um GT para propor Resolução que regulamente o uso de recursos naturais para fins turísticos de
570 recreação e lazer. O interessado é o CONAMA. Ele foi resgatado, até um exemplo para o Conselheiro
571 Antônio Henrique, de uma outra Câmara Técnica temporária de Ecoturismo. Então esse GT foi
572 resgatado. Ele teve duas reuniões esse GT. em 2007 a diretoria de áreas protegidas o DAP do
573 Ministério do Meio Ambiente, ele entrou em contato com o Ministério do Turismo e depois o Marcelo
574 pode estar falando um pouco mais, e viu que o Ministério do Turismo tem uma Agenda Ambiental para
575 o Turismo dentro de um Plano Nacional de Ecoturismo, e que coincidia os objetivos desse Grupo de
576 Trabalho que eles estavam trabalhando com o que o Ministério do Turismo já vem desenvolvendo
577 inclusive com parceria com o Ministério do Meio Ambiente. E aí em nota técnica a SBF através da DAP,
578 eles sugerem a suspensão da atividade desse GT, esse Grupo de Trabalho até que ou ele vem a ser
579 solicitado para ajudar o Ministério do Turismo ou não, o Ministério do Turismo já está resolvendo os
580 objetivos deste GT.

581
582 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

583
584 Me permite, só fazer um histórico, o Marcelo é novo também, mas tanto o Secretário de Políticas
585 Públicas, Airton, a Tânia Brizola e a Mara, a Loneida que estava vindo nas reuniões, mas conversando
586 recentemente com o Airton e a Tânia, o grande interesse deles é em tratar essa questão e da existência
587 desse grupo. Aconteceu no passado, eu estava relendo aí em 2001 algumas reuniões, onde estava o
588 Leopoldo na época era a Ana Maria Fortes, e que tentaram avançar, mas que ainda bem que não
589 avançaram, porque é melhor não fazer nada do que uma coisa mal feita, e houve um consenso, o
590 professor Sérgio, estava o Montalvane da Conservação da Mata Atlântica e não conseguiram avançar.
591 Essa tentativa recente desse novo grupo me convidaram para participar dessas reuniões e tivemos
592 apenas uma reunião, e que isso na verdade foi uma semente plantada em vários locais, dentre eles têm
593 o observatório com parceria da Fundação Getúlio Vargas com a CNC, que está tratando de um grupo,
594 tentando avançar em questões, olhando para o restante do planeta, como é que poderia ser dado um
595 uso turístico a essas áreas de unidades de conservação, quais as regras e recentemente começou um
596 trabalho a Abenita que trabalha com o Marcelo, ela lançou um livro de um modelo de sucesso que foi a
597 forma de uso turístico de uma unidade de conservação que é o Parque de Foz de Iguaçu, aonde depois
598 de um belíssimo plano diretor é feito um belo plano de uso e são lidadas várias trilhas, caminhadas,

599 passeio de barco e hoje passa a ser inclusive o modelo dentro do Ministério do Meio Ambiente e na
600 época a Abenita e o Ricardo que trabalhavam no Ministério do Meio Ambiente e que fizeram esse
601 trabalho e que as outras unidades de conservação ficam animadas com uma forma de se dar um bom
602 uso não só internamente na unidade, mas no Entorno que possa ter ganhos com aquela unidade sendo
603 bem feita. Então a minha posição que eu não sei qual seria a melhor, mas a necessidade de um
604 grupo, quando eu fiz aquela pergunta pensando justamente nesse processo, a necessidade de um
605 grupo para avançar com esses elementos e com todo o apoio, tanto o Ministério do Meio Ambiente
606 quanto o Ministério do Turismo aqui representado pelo Marcelo, o Setor Produtivo que eu falo em nome
607 dele através da CNC, aonde nós temos uma Câmara Empresarial de Turismo, em que estão presentes
608 dezenove entidades produtivas, a ABIH Associação Brasileira de Agentes de Viagem, transportadoras
609 terrestres e marítimas, operadoras, enfim todo o Setor Produtivo da área de turismo. Na reunião eu
610 levantei que eu estava me candidatando para fazer parte desse grupo com esse interesse de estarmos
611 interagindo com o Meio Ambiente e claro que o maior patrimônio para nós todos é o Meio Ambiente, o
612 Ecoturismo e desenvolvido de forma sustentável e todos ficaram muito animados e também
613 universidades no caso da Fundação Getúlio Vargas e outras. Enfim eu acho, eu gostaria não sei como
614 o que vocês acham de encaminhar de forma que isso não morresse ou que resgatássemos e se
615 aproveitasse o que já está pronto e ver como poderíamos aprimorar esse trabalho. E mais, quando foi
616 feita a lei geral do turismo que encontra-se na casa civil para ser encaminhada pelo congresso foi uma
617 discussão aberta e ampla na qual se construiu a lei geral do turismo, a matéria meio ambiente foi
618 decidida dentro da lei geral do turismo que ficasse por conta do Ministério do Meio Ambiente deste
619 grupo do próprio CONAMA, porque não nos achamos competentes para avançarmos nessa lei geral do
620 turismo na questão ambiental. Então, a lei geral do turismo vocês vão observar que ela trata de
621 regulamentação das redes de viagem, de estrelas para hotéis e a questão do uso de preservação não
622 consta. É claro que vai sair da Casa Civil para o Congresso Nacional que não saiu ainda, mas como
623 participante de todo o processo, até a última instância, a última versão da lei não trata-se da questão de
624 meio ambiente.

625

626 **Marcelo Abreu - Ministério do Turismo**

627

628 O histórico que trouxe para a gente, mas nós gostaríamos de reforçar a vontade do nosso secretário,
629 porque na época estávamos e nós participamos de um projeto que chamava e nós fizemos uma
630 visitação na Costa Rica aonde quase 90% da área total da Costa Rica é unidades de conservação.
631 Eles conseguem atingir no país 110 vezes menor do Brasil o mesmo número de visitantes que nós
632 temos aqui e o nosso secretário é realmente tentar despertar a terceirização em áreas protegidas. E
633 como o doutor Henrique falou eu não sei o que seria melhor. Não sei se descartar todo esse projeto e
634 pegar um pouco do que eles já avançaram ou criar uma nova Câmara Temática, eu não sei qual que
635 seria o melhor passo realmente, e é importante ter essa discussão. O tema não pode morrer e acho
636 que tem que voltar à discussão.

637

638 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

639

640 Eu ouvindo os senhores, eu opto com tranquilidade na continuação dos trabalhos. Agora, eu não tenho
641 dados suficientes por parte da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente,
642 porque ele sugere a suspensão das atividades do Grupo de Trabalho, até que seja elaborado plano de
643 trabalho no âmbito da Agenda Ambiental de Turismo. Eu não sei, não tem perspectivas de quando isso
644 será feito, de quanto tempo isso vai durar.

645

646 **Marcelo Henrique de Carvalho - MMA/CONAMA**

647

648 É, a preocupação foi de que está tendo duas linhas, dois grupos de trabalho ao mesmo tempo que
649 fazem a mesma coisa. Se já está sendo desenvolvido e está talvez até mais avançado o Ministério do
650 Turismo, eu acho que a idéia foi essa, de não ter outro Grupo de Trabalho começando a fazer um
651 trabalho paralelo.

652

653 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

654

655 A esperança do Ministério do Turismo, a esperança é isso aqui, é esse grupo aqui, o subsídio de vocês
656 do Ministério do Meio Ambiente que a gente tem uma administração muito grande pelo trabalho de
657 vocês, pela competência. Agora, esquece, porque o passado é um passado em que não existia Setor
658 Produtivo unido e essas questões não eram colocadas na pauta da discussão. Agora com uma

659 estrutura nova, agora existe o Ministério do Turismo, um secretário como esse que foi visitar os outros
660 parques e viu uma possibilidade e então o momento é novo. A minha sugestão, aí eu não sei o
661 encaminhamento conforme o Presidente colocou e sugeriu, era talvez a gente sugerir alguns nomes
662 para fazer parte desse Grupo de Trabalho, tendo em vista tudo o que está sendo construído. Nós aqui
663 sugerimos para a apreciação de todos o nome de pessoas chaves que estão trabalhando empenhados
664 nessa questão para fazer parte desse Grupo de Trabalho.
665

666 **Marcelo Abreu - Ministério do Turismo**
667

668 Até entendo essa colocação que realmente duas agendas é complicado, dificulta e realmente a gente
669 quer convergir ações e não divergir. E essa agenda eu estava falando com a Mara há pouco, ela pautou
670 um pouco antes da reunião, ela teve um compromisso de última hora e não pode comparecer, que a
671 agenda do turismo já foi firmada na parceria com o Ministério do Meio Ambiente, e vai ser executada
672 pelo BIRD e possivelmente nos próximos meses nós já temos a agenda ambiental de Turismo. Eu
673 acho que facilitaria bastante a convergência das ações. E isso realmente refuta completamente a
674 solicitação para tentar extinguir esse processo.
675

676 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
677

678 Podemos deliberar? Não sei se o nosso colega do Amazonas. Nós estamos diante de uma solicitação
679 para parar e eles acham que deve continuar. A proposta do MMA é dar andamento ao Grupo de
680 Trabalho interministerial.
681

682 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**
683

684 Sávio do Estado do Amazonas. Eu acho que tem que vir para o âmbito de discussão do CONAMA e
685 das Câmaras Técnicas, o que não for operacional o que for estratégico, o que for de extremo conflito,
686 eu acho que não há conflito nisso, há uma proposta. Se no final a proposta for incoerente, o que eu não
687 acredito, aí o CONAMA entra em ação, mas em princípio eu acho coerente o grupo interministerial.
688

689 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**
690

691 Não, é um Grupo de Trabalho. O Ministério estava querendo suspender o grupo e nossa proposta é
692 que seja criado um Grupo de Trabalho para dar continuidade para que não se acabe a possibilidade de
693 dar as regras para que o turismo possa usar unidades de conservação.
694

695 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**
696

697 Eu concordo.
698

699 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**
700

701 Por favor, em relação à composição do Grupo de Trabalho, como é que é? É aberto? Se mantém?
702 Porque parece que foi desativado. É, não tem Grupos de Trabalho hoje.
703

704 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
705

706 Então nós vamos formar um novo Grupo de Trabalho. Os senhores tem indicação para dar, para
707 compor um novo grupo pelo menos inicial para dar partida? Inclusive o nome de um coordenador.
708

709 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**
710

711 Eu precisaria de um tempo porque, veja bem, tem um exemplo do Setor Produtivo. Nós temos dentro
712 da CNC a Câmara Empresarial de Turismo que é composta por dezenove entidades nacionais que têm
713 interesse. Acredito que, com toda certeza as dezenove não vão querer indicar o grupo. Os hotéis
714 talvez queiram, porque tem uma influência direta mas talvez transportadora talvez tenha, mas teríamos
715 que consulta-los. Agora, tem algumas pessoas que estão avançando bastante nessa agenda, por
716 exemplo a Maura Flores na Fundação Getúlio Vargas, você tinha falado aqui internamente do Ministério
717 e nós estamos falando da Abenita. Tem uma série de pessoas mas não sei se essas pessoas
718 poderiam ter disponibilidade, o próprio Sérgio da WTTF que faz um trabalho de levantamento, todas as

719 legislações hoje existentes que afetam as unidades de conservação para o uso turístico, um trabalho
720 inclusive financiado pela Embratur, não existia Ministério do Turismo. Muita gente avançou bastante no
721 turismo mas a gente tem um trabalho de dever de casa de consultar, de ligar e perguntar para poder
722 sugerir. Da minha parte eu gostaria de ter um tempo, precisaria de uma semana ou alguns dias ou por
723 e-mail talvez passando para vocês. Eu não sei se é praxe isso. Como que é? Eu passo um e-mail.
724

725 **Marcelo Abreu - Ministério do Turismo**

726
727 Pode formalizar uma indicação numa ata. Eu estou vendo essa indicação se pode ser alguém de fora.
728 A gente pode formalizar essa indicação posteriormente? É preciso consultar. Mas a Abenita não pode,
729 porque ela está no IBAMA, voltou para o IBAMA.
730

731 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

732
733 Ela não vai para o Instituto Chico Mendes?
734

735 **Marcelo Abreu - Ministério do Turismo**

736
737 Acho que sim.
738

739 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

740
741 Com certeza, ela tem que ir para o instituto e alguém do instituto tem que estar com a gente. Então a
742 gente tem pessoas que conhecem o processo como um todo e que viveram e outras que estão
743 avançando. Temos que reunir essa turma. É possível na próxima reunião Presidente?
744

745 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

746
747 Sem dúvida. Mas nós podemos pelo menos na ata da reunião de hoje dar um indicativo da entidade a
748 ser convidada? Por exemplo, a Embratur, Ministério do Turismo. Dar um indicativo dizendo que não
749 está fechado e na próxima reunião nós complementamos. Só para dizer que o grupo, que nós
750 decidimos pela constituição de um novo grupo que vai se utilizar do trabalho até agora realizados e com
751 um adendo de novas contribuições, parcerias, para constituir um novo Grupo de Trabalho. Então
752 vamos listar aí algumas entidades.
753

754 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

755
756 O Ministério do Meio Ambiente, é óbvio. O Instituto Chico Mendes vai tratar especificamente disso.
757 Como é que funciona no caso dos Estados? Os Estados você tem o Fórum dos Estados, Secretários
758 do Meio Ambiente. Porque existe um Fórum Estadual de Secretário de Turismo, e esse eu gostaria de
759 indicar também, mas agora em relação ao Meio Ambiente já existe alguma coisa assim?
760

761 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

762
763 Tem o Conselho Estadual de Meio Ambiente. O qual representam pessoas como no caso a gente tem
764 empresa estadual de turismo. Existe um Fórum Nacional.
765

766 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

767
768 Mas por exemplo, Secretários Estaduais de Turismo tem o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de
769 Turismo que eu gostaria de sugerir e vai falar em nome dos Secretários Estaduais de Turismo, mas a
770 nível do Meio Ambiente tem algum Fórum Nacional ou não? O de turismo tem e estou te dando como
771 exemplo. Eu estou perguntando no Meio Ambiente.
772

773 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

774
775 Tem o Conselho Nacional de Meio Ambiente, é o Fórum Nacional Do Meio Ambiente. E tem a ABEMA
776 que é a Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente.
777

778 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

779
780 É que esse Grupo de Trabalho é para nos ajudar a construir essa norma de uso turístico das unidades.
781

782 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**
783

784 Mas aí é um fórum mais político institucional do que técnico.
785

786 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**
787

788 Bom, então continuando. Você está anotando indicações? Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes
789 Estaduais de Turismo, que é o que a gente vai tratar de estados de interesse estaduais também. O
790 Setor Produtivo. Tem também o Ministério Público. A parte jurídica como é que chama? Não tem que
791 ter alguém ligado à jurídica? Só técnica. Agora para o setor produtivo que eu estou aqui representando
792 eles. A Confederação Nacional do Comércio, Câmara Empresarial de Turismo, Federação Nacional de
793 Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares, são um milhão e 200 mil empresas ligadas à Fundação
794 Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares. Eu vou falar as entidades que eu estou
795 representando, mas não necessariamente eles vão aceitar. ABLA - A Associação Brasileira de
796 Locadoras de Veículos, a ANTUR - Associação Nacional De Transportadores Turísticos, porque aí tem
797 essa parte de jipe, de carro, de não sei o quê, de passeios. A ABAV - Associação Brasileira de Agentes
798 de Viagem, eu acho que não vale a pena colocar dezenove... Bom, meio acadêmico, Fundação Getúlio
799 Vargas, EBAP/RIO que está avançando nesse grupo com o observatório.
800

801 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**
802

803 Estou falando que o grupo está ficando muito grande e vai ficar pouco operacional.
804

805 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**
806

807 Tem esse perigo? Tem o perigo do grupo ficar grande e perder? Tem, né?
808

809 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
810

811 Nós temos um grupo de mudanças climáticas que é constituído por uns 120 mais ou menos.
812

813 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**
814

815 Quanto mais gente, melhor? Porque eu estou imaginando que vão travar discussões e muita briga. A
816 Associação Brasileira de Transportadores.
817

818 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**
819

820 Só para dar um exemplo, tem um GT que trata de maus tratos a animais que chegam a participar 60
821 pessoas.
822

823 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**
824

825 Eu posso te passar amanhã o e-mail das entidades do Setor Produtivo?
826

827 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
828

829 E todos nós vamos receber a ata que o Marcelo vai fazer e então a nossa criatividade vai fluir. Eu
830 gostaria de voltar à área de governo, se pertine o que eu vou falar. Quando vocês falam de turismo e
831 unidades de conservação, vocês falam em Infra-estrutura? Pergunta delicada que eu fiz?.

832
833 **Marcelo Abreu - Ministério do Turismo**
834

835 Não é delicada. Isso depende de delimitação e do plano de manejo que foi estabelecido pelo próprio
836 parque. Se existe a possibilidade de construir no meio de hospedagem que seja um lode que isso é
837 muito utilizada no país como Peru e a própria Costa Rica, principalmente hospedagem dentro de
838 unidades de conservação, eu acho que isso é pertinente e possível.

839

840 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

841

842 Infra-estrutura de transportes, energia e comunicações que eu estou falando.

843

844 **Marcelo Abreu - Ministério do Turismo**

845

846 Mais uma vez eu retomo, eu acho que depende muito do plano de manejo e a possibilidade, o plano de
847 manejo do parque ou da unidade de conservação permite, eu falo de infra-estrutura para o turismo com
848 certeza envolve uma gama de serviços que é pertinente à realização da própria atividade, mas sem
849 querer quebrar o que foi estabelecido do próprio parque pelo plano de manejo. Tem que respeitar todos
850 os limites.

851

852 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

853

854 Eu estou querendo dizer só o seguinte. Se tem pertinência de nós tratarmos de uma Resolução de
855 turismo em unidades de conservação nós tocamos no assunto necessidade de estabelecimento de
856 uma infra-estrutura para que possa receber ou ser instalados os hotéis. Tem que valer.

857

858 **Marcelo Abreu - Ministério do Turismo**

859

860 Perfeito.

861

862 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

863

864 Se você dentro dessa Resolução vai falar de hotel, você tem que falar como é que as pessoas vão
865 chegar no hotel, porque senão como é que vai chegar no hotel.

866

867 **Marcelo Abreu - Ministério do Turismo**

868

869 Isso fala desde o aeroporto que vai estar do lado até energia elétrica se for o caso.

870

871 **Antônio Henrique Borges paula - CNC**

872

873 E só lembrando que a gente está falando de unidades de conservação a gente não está falando só de
874 parques. 90% do potencial turístico do Brasil, não sei exatamente a porcentagem, estou chutando um
875 número elevado com certeza, o grande atrativo do Brasil são as áreas ambientais, praia, sol, e quase
876 todas encontram-se em unidades de preservação. Ou seja, é a grande galinha dos ovos de ouro nossa.
877 A gente tem que preservar e dar bom uso. Temos que preservar e dar bom uso.

878

879 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

880

881 As unidades de conservação de uso sustentável, eu acho que isso aí não tem o discutir porque
882 automaticamente, já permite o uso e o plano de manejo vai estabelecer também as diretrizes e tal. O
883 mais complicado são as unidades de proteção integral, por exemplo, os parques, mas mesmo assim
884 tem que ter infra-estrutura e tem casos concretos, alguns parques nacionais, o de Itatiaia que eu
885 conheço, o de Iguaçu que tem estrutura de acesso, alguns com e outros sem hotel, mas eu acho que é
886 oportuno que se ocupe com um hotel disciplinado do ponto de vista ambiental do que deixar a coisa
887 solta e começar a haver conflito, porque antes que se invada pelo poder econômico é preciso
888 estabelecer diretrizes e permitir com regras. Agora, hoje tem tecnologias que permitem se minimizar os
889 impactos, por exemplo, maximizar uso de energia solar, maximizar inclusive carros elétricos, que não
890 causam ruídos. É claro, vai depender das características geomorfológicas do lugar. Itatiaia é
891 complicado porque o carro elétrico não tem força para subir aquelas montanhas, mas cada caso é um
892 caso e o plano de manejo é fazer um estudo e estabelecer as diretrizes.

893

894 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

895

896 Eu gostaria de saber, por exemplo, se na constituição desse Grupo de Trabalho nós devemos chamar
897 um representante do Ministério dos Transportes e um do Ministério das Minas e Energia. Por que? Eu
898 não sei. Estou só aqui elocubrando. Eu não sei, o Ministério dos Transportes ele talvez tenha

899 especificidades para construção de um acesso dentro de uma unidade de conservação.
900 Especificidades que ele deve ter experiência nisso. Eu não tenho que me preparar, porque esses caras
901 vão implementar turismo em unidade de conservação, e eu tenho que estabelecer uma norma dentro do
902 DENIT, Ministério dos Transportes para a construção de estradas dentro de unidades de conservação.
903

904 **Marcelo Abreu - Ministério do Turismo**

905
906 Eu acho que um exemplo importante é o Parque Nacional da Serra da Capivara. Na verdade quase
907 não se chega lá, é um monumento tombado pela Unesco, pelo Patrimônio Mundial da Humanidade e
908 quase não se chega lá. Tem quase quatro horas de estrada, mas para chegar até lá é um perrengue, e
909 é um dos principais parques.
910

911 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

912
913 E tem coisas absurdas que o Setor Produtivo faz também que destroi a galinha dos ovos. Agora, definir
914 essa regra do jogo é indispensável, porque no turismo a gente tem presenciado coisas horríveis. Nós
915 conseguimos construir favelas. Você pegava os programas PRODETUR, se pegarmos o site do próprio
916 Banco Interamericano de Desenvolvimento, quando ele tem um documento lá que fala de lições
917 aprendidas se vocês pegarem e lerem dos erros cometidos no desenvolvimento turístico das regiões do
918 Nordeste extremamente prejudiciais, aliás às atividades de todos nós. É um negócio muito complicado.
919

920 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

921
922 Isso é exatamente o que nós não prevemos resoluções. Porque todos os setores tem que estar
923 organizados para aquilo que se pretende.
924

925 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

926
927 Mas eu acho assim, a minha percepção é que o plano de manejo que é obrigatório vai estar
928 trabalhando isso, os detalhes operacionais vai estar definindo isso. Talvez, eu não sei se seria o fórum,
929 ampliar num nível de discussão e não se chegar talvez, porque primeiro, você está trabalhando em
930 questões de certa forma estratégicas, e vai esquecendo dos detalhes. Na hora que se esquecer dos
931 detalhes aí sim o plano de manejo prevê especialista em engenheiro civil, especialista em estrada, um
932 especialista biólogo, vários biólogos, cada um no seu nicho de atuação. Quer dizer, os diversos
933 especialistas, deverão compor essa equipe multidisciplinar que vão elaborar o plano de manejo. Aí sim.
934

935 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

936
937 O que acontece é que plano de manejo sim é um documento típico daquela região. Típico para aquela
938 região. Agora, o documento que vale para todas as regiões é esse que nós vamos fazer, que vale para
939 todos os parques e todos os biomas.
940

941 **Marcelo Abreu - Ministério do Turismo**

942
943 Presidente, eu acho que é perfeita a colocação, plenamente pertinente e acho que é bom para haver a
944 participação do Ministério das Minas e Energia e Ministério dos Transportes.
945

946 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

947
948 E é pertinente, não só ao plano de manejo mas tem que ter o plano de uso e, porque nesses parques, o
949 plano de manejo, mas o plano de uso quais os usos turísticos que você poderia implementar como, por
950 exemplo esse foz de Iguaçu. No caso de Iguaçu por exemplo foi feito um plano de uso.
951

952 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

953
954 Evidente que sim. Dentro da legislação atual, eu entendo que sim.
955

956 **Marcelo Abreu - Ministério do Turismo**

957

958 Um plano de manejo já está delimitado e está pronto e acho que tem que ser revisto a cada cinco anos,
959 se não me falha a memória. Mas talvez o plano de manejo não tenha prevista a utilização de empresas
960 e aí se faz um plano de uso de adequação.

961
962 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**

963
964 O plano de manejo é um documento geral da unidade de conservação. Ele pode definir que sejam
965 feitos estudos ou planejamentos específicos, no caso um plano de uso, o plano ecoturístico para ser
966 incorporado e complementar aquele plano de manejo.

967
968 **Antônio Henrique Borges paula - CNC**

969
970 Agora nós estamos tratando de áreas de unidade de conservação que não necessariamente são
971 parques. A gente está falando de locais que tanto algumas favelas gostam de lugares que tenham a
972 vista melhor, os hoteleiros também e a gente fica triste de ver certas ocupações e a forma que tem se
973 dado porque é uma atividade rica, bonita, mas perigosa ao mesmo tempo. Agora o grande problema
974 nosso no Brasil hoje é a demanda que ainda é pequena e então a gente não sofre problemas que
975 outros lugares do mundo sofrem e os que a gente sofre, agora pega o exemplo de Porto Seguro e
976 nesses lugares, não está previsto nem plano de manejo.

977
978 **Marcelo Abreu - Ministério do Turismo**

979
980 Até me alongando um pouco na discussão, um problema que a gente enfrenta principalmente com o
981 mercado internacional e que nós vendemos ecoturismo e o conceito de ecoturismo é um pouco
982 diferente do que Europa e Estados Unidos trabalham, desenvolvimento de comunidade e todo um
983 processo sustentável e o que a gente vende hoje aqui é turismo em área natural. Precisamos mudar
984 um pouco o enfoque e praticar o ecoturismo que é desenvolvimento de comunidade e desenvolvimento
985 sustentável e econômico, político, institucional e social, com certeza. E tentar jogar um pouco esse
986 enfoque e acho que esse é um tema que podemos discutir durante o grupo temático.

987
988 **Pedro Cunha - ANA**

989
990 Só queria comentar, sou Pedro da Agência Nacional de Águas. Na agência, eu estou num setor de
991 conservação de água e solo e as estradas rurais... Nós temos dificuldade em trabalhar nesse tema,
992 porque elas estão identificadas como área de grande produção de sedimentos no impacto no recurso
993 hídrico. E então tem uma metodologia interessante, tem um manual que foi feito pelo de Santa Catarina,
994 um projeto de micro bacias onde desenvolve metodologia de fazer uma estrada corretamente, de
995 adequação, onde você tenha drenagens, bacias de infiltração, isso evita de criar erosão. Então é uma
996 coisa que nós estamos tentando difundir para aquelas regiões que tenham maior problema, e então
997 também esse tipo de metodologia quando for definir essa infra-estrutura, é interessante então identificar
998 esse tipo de enfoque que as estradas tem que obedecer, não só aquele que tradicionalmente as
999 prefeituras o que fazem é passar aquela patrôla e vai afundando cada vez mais as estradas e aí é que
1000 gera o problema de erosão.

1001
1002 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

1003
1004 Eu não sei, como é. Eu queria fazer um pedido para vocês para a gente ter mais informação? Eu
1005 queria entender melhor como é o processo da mineração é considerado de utilidade pública e tem um
1006 processo que ela pode entrar numa unidade de conservação e claro seguindo o plano de manejo e
1007 minerar. Ela pode minerar.

1008
1009 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1010
1011 Mineração só em uso sustentável.

1012
1013 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

1014
1015 Eu sei mas ela pode minerar. Eu já vi situação e a mineradora podia minerar. Eu queria ter acesso
1016 como é que se dá o processo de mineração, como foi construído só para entender, um pedido de um

1017 Conselheiro para entender como é o caso da mineração nas unidades de conservação, é pelo fato de
1018 ser considerado utilidade pública, o que aconteceu? Alguém poderia me explicar?

1019
1020 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1021
1022 Isso aí temos que conservar com nosso companheiro de Minas e Energia do CONAMA. Mas o que eu
1023 posso falar, agora por exemplo, há um problema grande de asfaltamento da BR 163, porque ela é
1024 cortada pelo parque, ela é cortada pelo parque de lamanchin. Quer dizer o parque lamanchin foi
1025 colocado em cima dela, da BR 163. E o Ministério de Transportes está solicitando a exploração de
1026 área de uma mina de brita lá dentro do parque, porque a pedra fica muito longe para ir pegar, para
1027 asfaltar lá dentro do corte do parque. É um problema danado aí que o Ministério do Meio Ambiente está
1028 tentando solucionar, ou seja, não pode mesmo, a exploração de área minerária dentro de um lugar de
1029 conservação e proteção integral.

1030
1031 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

1032
1033 Pode sim, Presidente. Pode. A pergunta é porque é considerado de utilidade pública, o que permite?
1034 É claro, tem plano de manejo, tem todos aqueles procedimentos.

1035
1036 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1037
1038 Eu não sei onde você está baseando que pode.

1039
1040 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

1041
1042 Eu te dou vários exemplos de coisas que nós vivenciamos e coisas simples de ecoturismo que
1043 queríamos desenvolver no lugar que não podia e a mineradora pode entrar lá e tirar.

1044
1045 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1046
1047 Ela já não estava lá antes de criado o parque?

1048
1049 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**

1050
1051 Tem casos em que a legislação ambiental é descumprida, ela sofre pressões e é autorizado.

1052
1053 **Antônio Henrique Borges paula - CNC**

1054
1055 Eu tenho impressão que não é só isso, não.

1056
1057 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1058
1059 Mas a legislação em proteção integral, não. Se for uso sustentável, sim.

1060
1061 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**

1062
1063 A retomada desse Grupo de Trabalho.

1064
1065 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1066
1067 Estão pedindo para identificar.

1068
1069 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**

1070
1071 Luizalice, Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal. A retomada desse Grupo de Trabalho eu
1072 acho extremamente pertinente e oportuna, e eu acho que já poderíamos partir para outro ponto de
1073 pauta, porque o ecoturismo é fundamental e tem a questão de geração de renda que o Governo está
1074 preocupado de emprego e renda e está inserido nessa questão, e também tem a questão do próprio
1075 desenvolvimento sustentável. Eu acho que todo mundo está de acordo e essa questão da composição
1076 poderia ser, já tem uma lista inicial e pode ser complementada e ser incorporado o nome dos membros.

1077

1078 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1079

1080 Até agora foi sugerido isso e quem quiser colaborar vai enviar, vai encaminhar e-mails e vai sendo
1081 composto o grupo. E aí marcamos uma próxima reunião que vai constituir formalmente o grupo. Com
1082 um coordenador e relator. Próximo item. .

1083

1084 **Marcelo Henrique de Carvalho – MMA / CONAMA**

1085

1086 Marcelo, CONAMA. Próximo item.

1087

1088 **João Luís F. Ferreira – Secretaria Executiva do CONAMA**

1089

1090 João Luís, Secretaria Executiva do CONAMA. Só para ajudar no encaminhamento da questão da
1091 indicação de membros, como sugestão, se forem indicados especialistas ou entidades específicas, que
1092 a gente sempre tem uma mala-direta que a cada convocação a gente envia os convites por e-mail e
1093 então os e-mails poderiam ser juntamente encaminhados com os nomes se possível.

1094

1095 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

1096

1097 E despesa no caso em que a pessoa e entidade não possa financiar a vinda?

1098

1099 **João Luís F. Ferreira – Secretaria Executiva do CONAMA**

1100

1101 Para Grupo de Trabalho só membro do CONAMA.

1102

1103 **Marcelo Henrique de Carvalho - MMA/CONAMA**

1104

1105 Então dando andamento à ordem do dia é o item 4.3. Esse processo é uma proposta de integração de
1106 parques ecológicos e uso múltiplo ao SNUC. O interessado foi a antiga SEMARH do Governo do
1107 Distrito Federal, e hoje se não me engano é SEDUMA. Esse processo então foi encaminhado ao
1108 CONAMA em 2003, ele visava sentir as discussões da gerência de preservação de parques ecológicos
1109 e também da assessoria técnico legislativa, os dois eram da SEMARH, e tinha uma divergência se
1110 estava ou não essas categorias sendo tratadas no SNUC. A gerência achava que não e a ASTEL
1111 achava que sim, que já estava dentro do SNUC e não precisava incluir essas novas categorias no
1112 SNUC. Foi encaminhada ao CONAMA em 2004 e e a Câmara Técnica naquela época, na quarta
1113 reunião ela deliberou para que tivesse representantes do SEMARH para explicar o que está
1114 acontecendo, quais as dificuldades da gerência e não apareceu, não teve essa presença da SEMARH.
1115 Em 2006, final de 2006, a SBF elaborou um parecer técnico jurídico sugerindo a mudança duas coisas.
1116 A primeira é que a categoria parque ecológico fosse transformada em parque estadual, porque os
1117 objetivos são semelhantes, na verdade, olhando a lei que cria parque ecológico e de usos múltiplos. E
1118 já a categoria de usos múltiplos ela deveria ser regulamentada por leis urbanísticas que a SBF entende
1119 que ela tem objetivos muito próximos a parques urbanos, e então esse parecer ainda a gente não
1120 trouxe ele dessa vez, porque a idéia era apresentar essa matéria e não deliberar nada. Mas está sendo
1121 esse o encaminhamento da SBF. E se for aprovado esse encaminhamento, esse processo voltaria para
1122 a SEDUMA agora a antiga SEMARH e lá sim eles têm a competência de alterar essa categoria.

1123

1124 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1125

1126 O Distrito Federal tem um encaminhamento a propor?

1127

1128 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**

1129

1130 É, essa questão dos parques ecológicos, ela é bastante oportuna também a retomada dessa discussão,
1131 e existe assim uma pequena confusão técnica durante a tramitação do processo com as avaliações que
1132 foram colocadas, porque no território do Distrito Federal existe hoje 68 parques ecológicos e de usos
1133 múltiplos, alguns chamam vivenciais as denominações são diversas e eles são bastante importantes,
1134 porque são manchas remanescentes do ecossistema natural do cerrado e estão associados a cursos
1135 de água, nascentes, dos campos, veredas e a grande maioria e outros tantos são, eu não sei se posso
1136 falar, terreno baldio, áreas assim bastante antropizadas, degradadas e que não teriam característica de

1137 fato de uma unidade de conservação. Então, assim são muitos parques e têm que realmente ser
1138 reavaliados como um todo e o que se vê é que eles foram criados por uma lei complementar da Câmara
1139 Legislativa do Distrito Federal, como unidade e conservação de uso sustentável, e acho que o
1140 entendimento mais coerente seria unidade e proteção integral, porque a população, técnicos, avaliavam
1141 que por proteção integral não poderia ter nenhum tipo de uso, como a recreação o lazer, como existem
1142 nos parques nacionais. Então, o entendimento deles é que o uso sustentável é que incorporaria essa
1143 categoria. Houve um desconhecimento da lei do SNUC ou uma falta de entendimento, e então isso
1144 teria que ser reavaliado e grande parte dos parques deveriam fazer parte sim de uma categoria de
1145 unidades de conservação específica do Distrito Federal, e na legislação a gente tem os parques
1146 nacionais e equivalências de parque estadual e parque natural municipal. Eu acho que são essas três e
1147 no caso do Distrito Federal seria um parque distrital, mas esse nome ecológico já está bastante
1148 consagrado tanto para a população como para os gestores, e então a proposta é que ficasse parque
1149 ecológico distrital ao invés de parque natural municipal. Realmente é muito específico do Distrito
1150 Federal que seriam aqueles que teriam as características de uma unidade de conservação. E os outros
1151 que são simplesmente parques, como tem nas outras cidades, praças públicas, sejam simplesmente
1152 parques, mas não na categoria de unidade de conservação e então a nomenclatura de todos os 70
1153 deveria ser reavaliada e aqueles que tiverem de fato atributos de unidade de conservação que sejam
1154 enquadrados como parque municipal, parque ecológico distrital e os outros então ficariam como parque
1155 do território, mas que não são unidades de conservação, porque os nomes se confundem de fato.

1156
1157 **Marcelo Henrique de Carvalho - MMA/CONAMA**
1158

1159 Mas pelo o que eu entendi Luizalice é que os objetivos são iguais e então não tem como eu colocar
1160 uma nova categoria no SNUC em que os objetivos são os mesmos. Então, foi essa a idéia de
1161 transformar-se o nome para parque estadual.
1162

1163 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**
1164

1165 É estadual mas como no caso o Distrito Federal não é estado então seria assim parque distrital e no
1166 SNUC prevê parque natural municipal.
1167

1168 **Antônio Henrique**
1169

1170 Ou seja, o SNUC não prevê existência não considera como estado.
1171

1172 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**
1173

1174 Então já que não tem que a gente colocasse parque e poderia ser até parque para acompanhar
1175 raciocínio do SNUC parque natural distrital mas como aqui já existe e a maioria é definida como parque
1176 ecológico, que ficasse parque ecológico distrital que inclusive existe essa previsão no SNUC para
1177 contemplar as especificidades locais, municipais.
1178

1179 **Marcelo Henrique de Carvalho - MMA/CONAMA**
1180

1181 Sim, existe o artigo sexto, mas para quando os objetivos são diferentes, quando os objetivos no artigo
1182 55 fala que os objetivos são iguais.
1183

1184 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**
1185

1186 Os objetivos são iguais e então seria uma categoria já prevista equivalente ao parque nacional, ao
1187 parque estadual e parque natural municipal. Só que aí teria que dar um nome porque o Distrito Federal
1188 não é nem Estado e nem Município, ele é distrital. Então eu não sei como seria, aí a questão da
1189 nomenclatura realmente faz uma grande confusão porque são muitos parques que a grande maioria
1190 como eu falei de fato tem característica de unidade de conservação e outros não. O órgão teria que
1191 revisar isso.
1192

1193 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1194

1195 Eu sugiro como encaminhamento então retornar ao distrito Federal para fazer essa adequação que a
1196 senhora falou, e expondo a necessidade explicitando essa especificidade de Estado com o Distrito

1197 Federal e fazer uma nova proposta, vai estudar, equipara o que for possível e o que não for possível
1198 vem com uma nova proposta que a gente vai estudar. Está bom?
1199

1200 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

1201
1202 Só um adendo. Eu acho que é procedente a tua colocação. Eu acho que raramente se lembra do
1203 Distrito Federal como unidade da federação diferenciada, eu acho que cabe essa inserção na minha
1204 percepção. Parque Natural Distrital. Quanto à questão do parque ecológico essa questão de ecologia,
1205 ela é muito entra no campo de polêmica. A ecologia natural, a ecologia Humana, a ecologia social, tem
1206 um universo tão grande e caiu-se um pouco numa terminologia popular de achar que o que é ecológico
1207 é só no meio natural e não necessariamente. Talvez a sociedade precise, as escolas infantis, mudaram
1208 os nomes, mas primeiro e segundo grau, fundamental e tal, precisam se incorporar à nova legislação e
1209 o processo de reeducação da sociedade a esse entendimento mas quanto à terminologia do distrital eu
1210 acho totalmente procedente e estou com a posição do Paulo. Quer dizer, o Distrito Federal contra
1211 argumentar isso, porque o Distrito Federal falando grosseiramente foi esquecido pelo menos nessa
1212 linha.

1213
1214 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**

1215
1216 Eu achei bastante interessante a colocação, porque eu estava raciocinando do lado da comunidade e
1217 do que já existe de fato, mas pensando na questão da regulamentação do SNUC o mais correto e
1218 coerente seria de fato seria Parque Natural Distrital.
1219

1220 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1221
1222 A colocação do doutor Sávio foi brilhante. Quando ele tratou ali do ecológico, o ecológico não é só
1223 dentro do parque.
1224

1225 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**

1226
1227 Na verdade quando a lei saiu como parque que se queria que a comunidade tivesse e pudesse ter o
1228 direito a esse uso, achando que ela não poderia ser de proteção integral não contempla nem a
1229 contemplação, nem a observação ecológica, não se entende a pesquisa, a educação ambiental como
1230 um uso. Então realmente tem que fazer essas correções.
1231

1232 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1233
1234 Vamos dar encaminhamento. Próximo item.
1235

1236 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**

1237
1238 Então, aí o próximo na próxima reunião voltaria discussão. Como é que funciona essa? Ele voltaria
1239 para o órgão ambiental? Eu posso enviar uma nova demanda? Se ele for oficialmente apresentado ao
1240 Ministério do Meio Ambiente ele pode voltar na próxima?
1241

1242 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1243
1244 Quando tiver conteúdo reúne a Câmara de novo.
1245

1246 **Marcelo Henrique de Carvalho - MMA/CONAMA**

1247
1248 Então o próximo item da ordem do dia é o 4. 4. Proposta de integração da categoria Reserva
1249 Ecológica particular, REP. A integração dessa categoria ao SNUC. O interessado foi a
1250 Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará, SEMACE. Então foi o seguinte. Em
1251 2003 a SEMACE ela solicitou a inclusão dessa nova categoria no SNUC. A princípio, a SBF e o
1252 Ministério do Meio Ambiente foi favorável à inclusão dessa nova categoria, mas em 2005 o processo
1253 indo para a jurídica, a jurídica entendeu que não era permitido o exercício de atividade econômica no
1254 interior dessa unidade e então ela não poderia ser integrada ao SNUC. Na nona reunião o proponente
1255 retirou a matéria de pauta. E, agora, nós precisamos saber a respeito da deliberação.
1256

1257 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1258
1259 Se nós corroboramos com isso? Se nós corroboramos com essa retirada de pauta? Eu entendo que
1260 sim. Se nós formalizamos isso, né?
1261
1262 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**
1263
1264 Denise, da Secretaria Executiva do CONAMA. À época foi a reunião que tratou de Ucs e OCIPs, acho
1265 que o senhor esteve presente até o final, e o representante ele queria pedir vistas, mas ele não era
1266 Conselheiro ele pediu retirada de pauta por falta de alguém para defender e apresentar na Câmara. Foi
1267 concedida a retirada, mas ele não encaminhou ao CONAMA, não teve nenhum retorno da CEMACE.
1268
1269 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1270
1271 Então arquiva-se.
1272
1273 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**
1274
1275 E como já temos um parecer da consultoria jurídica que é conclusivo, que não caberia.
1276
1277 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**
1278
1279 Senhor Presidente me permita só uma colocação. Me parece aqui que a SBF em princípio havia
1280 concordado anteriormente. Bom, eu não conheço a proposta. Eu até há algum tempo atrás, eu tive
1281 muita discussão com uma pessoa que era advogada do IBAMA, a procuradora por conta disso, foi
1282 minha professora de direito ambiental no mestrado, a Sônia Vidman, e a gente discutia muito sobre
1283 isso, ela dizia que RPPN é intocável, e eu dizia, vamos supor que eu crie uma unidade de conservação
1284 dentro da minha propriedade e no meio do caminho eu resolva não, eu achei interessante vou fazer
1285 dentro dessa área uma unidade demonstrativa de agroecologia ou de manejo de recursos naturais. Ou
1286 seja, fazer o uso, eu mudei de idéia. Não, você criou está criado, acabou. Imagina, eu sou dono da
1287 propriedade. A gente vive num país democrático de livre iniciativa. Eu não conheço a proposta, mas se
1288 a idéia era ter uma outra categoria de unidades de conservação dentro de uma unidade particular que
1289 permitisse esse uso e que se transformasse num locus para se aplicar a tecnologias sustentáveis,
1290 demos trawbs e usar dentro de um contexto de economia turismo, vamos usar os recursos naturais e
1291 atrair inclusive um local para turismo científico e etc. Eu acho que seria perfeitamente cabível e acharia
1292 ótima a idéia. É percepção minha, eu não conheço, não sei se era essa a idéia, porque imagina só a
1293 situação. Uma das colocações foi essa, está dentro da minha propriedade, eu mudei de idéia.
1294
1295 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**
1296
1297 Só para complementar aqui quando a gente vê as categorias do SNUC, a RPPN o veto do Presidente
1298 foi justamente para isso, para que não pudesse ter exploração dentro dessa categoria. Então foi
1299 justamente a proposta deles.
1300
1301 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**
1302
1303 Está bom, o Presidente da época.
1304
1305 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**
1306
1307 É.
1308
1309 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1310
1311 Bom, deixa eu complementar só um negocinho. Eu entendo perfeitamente. Só que eu acabei de
1312 presenciar, por exemplo, a destinação de recursos públicos para a RPPN. Em princípio eu fiquei
1313 espantado e depois eu vi que está previsto. Está previsto, mas se você está colocando dinheiro público
1314 que pode ter origem na compensação ambiental, você está botando na RPPN para aquela finalidade.
1315 Aí de repente você muda de opinião? Concordo que, posso até concordar que se você não se utilizou

1316 de nada com o dinheiro público, posso até concordar. Mas se você usou para aquela finalidade... aí fica
1317 difícil.

1318

1319 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

1320

1321 Mas aí é uma situação que tem que ser estabelecida na lei, na norma. Em caso de receber algum
1322 recurso público para aquele fim, permanece intocável. Se a pessoa não recebe nenhum recurso
1323 público e quer inclusive transformar aquilo num eco hotel fazenda, num local, vai ter RPPN e vai ter
1324 áreas de preservação, vai ter tudo certinho, mas em determinada área ele quer transformar numa
1325 unidade de conservação que permita uso sustentável e sirva de locus para visitação e aprendizado de
1326 tecnologias e etc.

1327

1328 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1329

1330 Vamos ver, está pedindo a palavra.

1331

1332 **Thaís Chueri – Patri Políticas Públicas**

1333

1334 Eu sou Thaís, sou advogada e trabalho com direito ambiental há algum tempinho. Só para esclarecer
1335 que RPPN de fato uma vez gravada na matrícula do imóvel ela é perpétua, por isso que todos os
1336 advogados reiteram que antes dos proprietários estabelecerem uma RPPN é melhor pensar muito bem
1337 porque de fato ela é perpétua. Então a questão da função social, é um estado democrático de direitos,
1338 eu posso resolver mudar a função da minha propriedade. Não é bem assim, tem limites. Então eu
1339 tenho direito de propriedade, mas eu tenho que exercer uma função social e sócio ambiental da
1340 propriedade. Então, essa é uma exceção, você não pode mais mudar.

1341

1342 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

1343

1344 Thaís, exatamente dentro dessa perspectiva é que eu acho procedente se ter uma unidade de
1345 conservação, que se permita criar uma nova figura de unidade de conservação que se permita o uso
1346 sustentável com essas características. Exatamente para não ser uma coisa engessada.

1347

1348 **Marcelo Abreu - Ministério do Turismo**

1349

1350 Bom, eu não sou um especialista da área, mas vejo com ressalvas, porque se criando uma nova
1351 unidade de conservação que ela não é perpétua, você vai perder a função da RPPN e ela não vai ter
1352 mais utilidade ela vai ser quase esquecida, criar um vínculo que é vitalício ou não. Criar um vínculo
1353 com o estado de proteção, mas que eu possa mudar de idéia no meio do caminho.

1354

1355 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

1356

1357 Mas olha só, é a mesma coisa dentro de uma propriedade criar unidades de proteção integral e
1358 unidades de uso sustentável.

1359

1360 **Marcelo Abreu - Ministério do Turismo**

1361

1362 Você está falando de dividir o território. Parte eu coloco unidade de uso sustentável e parte...

1363

1364 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

1365

1366 Exatamente.

1367

1368 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

1369

1370 É pertinente que você está colocando Sávio, mas a questão que a gente está discutindo aqui em
1371 paralelo é que no caso nós temos unidades e usamos, mas um uso que prevê uso sustentável. Eu não
1372 sei qual é o uso.

1373

1374 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

1375

1376 Mas são áreas públicas.
1377
1378 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**
1379
1380 Não, privadas, nós temos no SESC do pantanal que é RPPN. A do Ceará é RPPN.
1381
1382 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**
1383
1384 Como eu falei, eu não conheço.
1385
1386 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**
1387
1388 Está propondo uma nova categoria? Desculpe.
1389
1390 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**
1391
1392 É uma nova, que permita o uso. Eu diria até que teve um "boom" logo que se criou RPPN e depois
1393 estabilizou e a gente não houve mais falar, porque eu conheço gente situações reais de pessoas que
1394 tinham interesse mas depois ficaram, mas se resolver fazer alguma experiência agroecológica já não
1395 pode.
1396
1397 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1398
1399 Mas o encaminhamento que nós temos que dar tem que ser pautado no que o proponente, ele retirou
1400 de pauta. Nós temos que ou formalizar isso ou... remeter para ver se eles realmente vão demandar
1401 novamente ou não. Ou outro Estado proponha.
1402
1403 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**
1404
1405 O IBAMA deve ter isso. O antigo IBAMA, tem a parte que trata de RPPN. E inclusive assim, tem o
1406 programa de conservação da biodiversidade que eles têm desenvolvido e tem sido criadas várias
1407 RPPNs aeu sei que aqui em Goiás no Entorno do Parque Nacional do Grande Sertão Veredas que é a
1408 região ao que eu acompanho mais e no restante do Brasil realmente eu desconheço.
1409
1410 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1411
1412 Bom, os senhores concordam então que deva retornar ao Ceará informando que foi pedida a retirada
1413 de pauta e que se aguarda qualquer iniciativa por parte desse Estado. Que remeta para
1414 pronunciamento oficial.
1415
1416 **Marcelo Henrique de Carvalho - MMA/CONAMA**
1417
1418 Então o próximo item da ordem do dia é o 4.5. É o relatório técnico contendo o diagnóstico situacional
1419 integral do Parque Nacional do Araguaia, PNA, com o SNUC. Foi uma demanda do IBAMA que estava
1420 tendo problemas com sobreposição de área indígena e unidade de conservação. Eu não me lembro
1421 agora o nome da tribo indígena, ela tomou o parque praticamente. E o IBAMA não sabia muito bem o
1422 que fazer com a questão jurídica. Esse processo acabou indo para o CONAMA, para ter um parecer
1423 dos Conselheiros, para conhecimento dos Conselheiros, isso em 2001. E os Conselheiros a única coisa
1424 que aconteceu foi que um Conselheiro de entidade ambientalista encaminhou um parecer para a gente
1425 e só quanto, a esse processo. O que a gente tentou amarrar foi que um outro processo relacionado à
1426 sobreposição de área indígena em unidade de conservação, esse outro foi já para a plenária e ele foi
1427 definido na plenária que seria transformado num informe para a gente encaminhar para a DAP, porque
1428 a DAP agora está com o PNAP e eles têm uma comissão e pode ser que dentro dessa comissão eles
1429 possam tratar desse outro processo de sobreposição. E então por analogia pode ser que esse estudo
1430 de caso que é o caso do Araguaia também deva ir para a PNAP. Mas sei lá, a Câmara decide.
1431
1432 **Paulo C. Garcia Brandão – Ministério da Defesa**
1433
1434 Esse é o tipo do assunto que não tem que ser estudado caso a caso. Isso é um assunto com um
1435 aspecto político que o Ministério do Meio Ambiente tem que tratar junto ao Ministério da Justiça para

1436 arrumar uma solução. Em todas as áreas em que há sobreposição. Não vai cuidar do caso do
1437 Araguaia e não vai cuidar do caso de Roraima.

1438

1439 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**

1440

1441 Só para ajudar a esclarecer. Esse processo veio, foi procurador Federal que encaminhou para a
1442 ciência da Câmara Técnica. Para ciência da Câmara Técnica, conhecimento.

1443

1444 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

1445

1446 O que eu fiquei um pouco assustado é com o IBAMA querendo proibir os índios de tirar mel. O IBAMA!
1447 É muito grave, delicado, é grave. Quer dizer o nome da tribo, eu não consigo pronunciar é complicado
1448 o nome dela, mas eles estão querendo proibir qualquer uso.

1449

1450 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1451

1452 Eu proponho à Câmara dar ciência e archive-se explicando, que tendo em vista que o assunto está
1453 sendo tratado globalmente pela comissão instituída do âmbito do Plano Nacional de Áreas Protegidas.
1454 Pronto. Para ser tratado globalmente no âmbito da comissão constituída, o PNAP.

1455

1456 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

1457

1458 Agora isso é uma questão realmente muito complicada, é de caráter jurídico.

1459

1460 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1461

1462 Eles que têm que cuidar disso, não vamos ser nós no âmbito técnico que vamos cuidar disso. Isso é
1463 política. O que vai predominar? Vai predominar área indígena ou área ambiental? Uma complementa a
1464 outra também.

1465

1466 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

1467

1468 Tem comunidades indígenas que protegem e tem comunidade indígena que degradam. A do Paulinho
1469 no Pará é grave. É verdade. Então cada caso é sério. Agora, aquela questão da legislação, em certos
1470 momentos a legislação ao indígena se aplica à legislação indígena e outros não se aplica à legislação
1471 do cidadão comum. Quer dizer, tem uma área cinzenta complicada aí, porque o certo seria os
1472 indígenas podem fazer manejo de acordo com o plano de manejo e tal. Essa coisa é muito cinzenta e
1473 complicada. Por outro lado é complicado. Eles estão aí antes dos portugueses. Ao mesmo tempo, eles
1474 migram, não ficam só num local.

1475

1476 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1477

1478 E daqui a pouco vai ser regulamentado a mineração em terra indígena. Vamos para o próximo item
1479 então, senhores.

1480

1481 **Marcelo Henrique de Carvalho - MMA/CONAMA**

1482

1483 Então o sexto e último item da ordem do dia é um registro, a gente ainda não transformou em processo,
1484 que são sugestões do IBAMA de temas para apreciação e uma posterior regulamentação dessa
1485 Câmara, vinda dessa Câmara. São dois tópicos. Um é a regulamentação das categorias de manejo
1486 reserva biológica, estação ecológica, área de proteção ambiental APA, área de relevante interesse
1487 ecológico ARIE e refúgio de vida silvestre. E o segundo item do IBAMA, que eles pedem para a gente a
1488 regulamentação de dois artigos do SNUC que é o 47 e o 48, a gente poderia até colocar na tela. O 47 e
1489 o 48. E após chegar essa sugestão do IBAMA, a gente seguiu o nosso regimento interno, o artigo 26,
1490 que é encaminhar para a parte técnica do Ministério, e então a gente encaminhou essas sugestões para
1491 a SBF e agora provavelmente a Câmara trabalhará em cima do parecer da SBF. Assim, a gente
1492 encaminhou esse pedido do IBAMA da SBF. Agora, a SBF vai tomar as medidas, se é possível a
1493 regulamentação e esse encaminhamento volta para a Câmara e a Câmara trabalha em cima da
1494 matéria.

1495

1496 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1497
1498 Isso é para conhecimento nosso, né?
1499
1500 **Marcelo Henrique de Carvalho - MMA/CONAMA**
1501
1502 Sim.
1503
1504 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1505
1506 É para conhecimento, né? Porque estamos aguardando o parecer da SBF. Mais uma pergunta, por
1507 favor. O IBAMA encaminhou uma proposta de regulamentação de todas essas áreas?
1508
1509 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**
1510
1511 Deixa eu tentar ajudar. Foi uma demanda do CONAMA da Secretaria Executiva do CONAMA, nós
1512 encaminhamos o ofício para o IBAMA e o memorando para a DAP/ SBF solicitando matérias que
1513 possivelmente seriam tratadas.
1514
1515 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1516
1517 Matérias?
1518
1519 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**
1520
1521 É, matérias de Resolução a serem tratadas no âmbito do CONAMA.
1522
1523 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1524
1525 Você está falando de temas?
1526
1527 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**
1528
1529 Exatamente, temas.
1530
1531 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1532
1533 Mas eu entendo que o IBAMA ...
1534
1535 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**
1536
1537 O IBAMA encaminhou para a secretaria em resposta ao ofício, encaminhou essas propostas.
1538
1539 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1540
1541 Proposta. Proposta artigo 1, 2, 3, 4, 5, 6 e tal da Resolução.
1542
1543 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**
1544
1545 Isso. E agora nós vamos encaminhar o artigo 26 para a secretaria para ver se são pertinentes esses
1546 temas, essas propostas do IBAMA .
1547
1548 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1549
1550 Eu estou me confundindo, tema com uma proposta de Resolução. Minuta não tem. Eu entendo que
1551 tenha que chegar essa minuta aqui, porque não vai partir a iniciativa daqui, né?
1552
1553 **Marcelo Henrique de Carvalho - MMA/CONAMA**
1554

1555 É, só um complemento. O artigo 47 e 48 ele pede uma regulamentação específica. O artigo 47 e 48
1556 pede uma regulamentação específica. Está em tela. Então, talvez seja isso que o IBAMA tenha
1557 sugerindo.

1558 .

1559 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

1560

1561 Essa regulamentação não está envolvida com aquele fundo de compensação que já está sendo
1562 regulamentado também já num outro que é aquele percentual mínimo?

1563

1564 **Denise Fernandes - Secretaria Executiva do CONAMA**

1565

1566 Compensação ambiental? É outra.

1567

1568 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

1569

1570 Aqui no caso da CAESB também no Distrito Federal, a unidade de conservação o parque da CAESB
1571 um dos objetivos do parque foi proteger o manancial, e até tem área degradada originária da construção
1572 da represa que poderia estar sendo recuperada com esse recurso, mas isso também eu acho que falta
1573 a regulamentação justamente, porque a CAESB justifica isso, porque ela hoje não está pagando e está
1574 faltando essa regulamentação.

1575

1576 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**

1577

1578 E além da própria regulação nacional de recursos hídricos e todas essas legislações tem que ser
1579 compatibilizadas ou integradas para se definir a cobrança dentro de unidade de conservação para
1580 regulamentar esse artigo 47, mas é super importante. Eu participei, mas já tem uns dois anos no
1581 IBAMA para tratar desse assunto; até o exemplo era o Parque Nacional de Brasília, mas isso já tem uns
1582 dois anos e não sei de lá para cá como a questão foi encaminhada.

1583

1584 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1585

1586 Mas eles vão encaminhar, ainda não encaminharam. O IBAMA não encaminhou uma minuta de
1587 Resolução.

1588

1589 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**

1590

1591 É porque é difícil. É difícil.

1592

1593 **Pedro Cunha - ANA**

1594

1595 Está muito ligado também ao pagamento de serviços ambientais, seria o pagamento de serviços
1596 ambientais. Ou seja, mais despesa.

1597

1598 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**

1599

1600 Mas ao mesmo tempo, mais proteção ambiental e qualidade da água.

1601

1602 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

1603

1604 Nesse caso ficaria com o Chico Mendes ou ficaria com o IBAMA ?

1605

1606 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

1607

1608 Com o Chico Mendes. O IBAMA é só fiscalização e licenciamento.

1609

1610 **Marcelo Henrique de Carvalho - MMA/CONAMA**

1611

1612 Bom, agora assuntos gerais, se houver algum comentário.

1613

1614 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**

1615
1616 Só curiosidade, eu não sei como procede e como funciona o dia-a-dia, mas eu tenho uma curiosidade,
1617 tendo em vista que foi aprovada a criação do Instituto Chico Mendes, qual é a política, o que eles estão
1618 pensando para unidade de conservação, porque a gente está discutindo numa Câmara...

1619
1620 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**
1621
1622 Foi criado um dia desses.

1623
1624 **Antônio Henrique Borges Paula - CNC**
1625
1626 Tudo bem, mas a minha sugestão de assuntos gerais, será que vale a pena o grupo convidar para a
1627 próxima reunião alguém que venha mostrar para que vieram, o que eles estão propondo. Eu não sei, é
1628 uma proposta. Eu tinha muita curiosidade de saber.

1629
1630 **Paulo C. Garcia Brandão – Ministério da Defesa**
1631
1632 Vamos registrar. Assim que tivermos conhecimento de uma... a oficialização já está, né?

1633
1634 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**
1635
1636 Vai para o Senado ainda... achei que já tivesse sido aprovado pelo Senado.

1637
1638 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1639
1640 Assim que se tiver notícias de implementação de fato do Instituto, aí nós pedimos a presença para nos
1641 esclarecer aqui um pouco mais além do que fora exposto ao público. O diretor da DAP saberia falar
1642 sobre esse andamento do Instituto? Mas até acho que poderia se esperar um pouco mais.

1643
1644 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**
1645
1646 Até porque essa fase de transição e regulamentação tem três meses, é muito recente.

1647
1648 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**
1649
1650 OK. Eu gostaria, antes de encerrar...

1651
1652 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**
1653
1654 Antes de encerrar eu tinha só dois pedidos. O primeiro eu já pedi a publicação porque eu sei que tem
1655 no site a gente tem impresso, mas o livreto facilita bastante da gente manusear a Lei do SNUC. Se
1656 possível para a próxima reunião. E a segunda, voltando à questão dos paescs no Distrito Federal, eu
1657 sei que existe uma necessidade e uma exigência de cumprimento da legislação Federal que os estados
1658 e municípios devem-se adequar, mas eu queria o discursos inverso, onde é que eu posso conseguir o
1659 subsídio de quais os benefícios embora eu saiba, gostaria de ter isso escrito, quais os benefícios
1660 concretos da categoria de unidades de conservação estar inserida na Lei do SNUC, se tem isso num
1661 local, quais as vantagens e benefícios para o estado, porque eu sei que essa discussão, voltando para
1662 lá para o órgão estadual, a pessoa fala assim, mas se não tiver no SNUC tanto faz, qualquer coisa
1663 assim, onde é que tem essa argumentação mais técnica.

1664
1665 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**
1666
1667 Só uma pequena colocação. Luizalice, eu penso numa possível oportunidade do Fundo Nacional do
1668 Meio Ambiente ou o próprio Ministério, o IBAMA é um pouco mais difícil, ainda mais agora, apoiarem no
1669 Distrito Federal algum projeto, um projeto de implantação de unidades de conservação, de elaboração e
1670 implantação de planos de manejo, de gestão de unidades de conservação. Na hora que o órgão
1671 Federal for compatibilizado e disser que essa figura não existe, então não tenho como te ajudar, acabou
1672 o papo. Então eu acho que o grande mote aí é a possibilidade de apoio com recursos federais ao
1673 projeto de unidades de conservação, criação e implantação de unidades de conservação e planos de
1674 manejo para ver isso. Eu acho que o ponto chave é esse. Se achar que não tem como unidade

1675 autônoma, relativamente autônoma, tem sua autonomia unidades da federação, se achar que não
1676 precisa de recursos federais, terá autonomia para criar a unidade que se quiser, mas acho que tem que
1677 só que tem que lembrar desse detalhe.

1678
1679 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1680
1681 A próxima reunião, eu gostaria antes de encerrar já que nós temos pelo menos uns cinco minutos, não
1682 mais do que isso, de voltar ao tema da presidência da Câmara, já que o doutor Sávio chegou. Ele tinha
1683 dado uma saída estratégica na hora, mas doutor Sávio, eu acho que é de extrema conveniência, na
1684 minha opinião, mas é extremamente conveniente que o Estado do Amazonas presidisse essa Câmara
1685 Técnica. Eu sei que o senhor é locado aqui em Brasília, não teria nenhum problema. A nossa querida
1686 representante do Distrito Federal também teria condições, porque eu acho o seguinte, quem tem que
1687 presidir a Câmara como figura de presidência da Câmara, tem que ser uma entidade que tenha ligação
1688 constante com as unidades de conservação. Seja um objeto afim da entidade que ele representa. E
1689 que não é o caso dos outros aqui, vamos dizer. É claro que eu posso presidir, o Turismo pode presidir,
1690 o Comércio pode presidir, mas não estarão essencialmente ligadas à unidade de conservação. Por isso
1691 que na última reunião do CONAMA nós fizemos na abertura, eu lancei sua candidatura como
1692 Presidente. Já que o senhor está Presidente, eu gostaria de ouvir a sua opinião.

1693
1694 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

1695
1696 Eu estou aqui em Brasília, estava como Secretário no Amazonas... existe uma situação, de repente
1697 assumir um compromisso, por outro lado, eu tentei falar com o Secretário do Meio Ambiente, mas a
1698 decisão é do Secretário do Meio Ambiente, eu não consegui, ele está em São Paulo numa reunião e
1699 não consegui falar com ele. Se ele topa, não tem problema nenhum, eu acho a idéia interessante.
1700 Mas eu preciso da posição final dele. Agora isso não quer dizer que o Distrito Federal não possa.

1701
1702 **Luizalice Labarrère - Governo do Distrito Federal**

1703
1704 O Distrito Federal é bastante interessante, porque grande parte da área está protegida por unidades de
1705 conservação, tem Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, Reserva da Biosfera do Cerrado,
1706 tem tantas unidades, mas como eu falei e eu sou apenas representante no momento wtics eu vou levar
1707 essa demanda, essa idéia para o Presidente do Instituto e para o secretário.

1708
1709 **Sávio José Barros de Mendonça - Governo do Estado do Amazonas**

1710
1711 Vamos fazer uma dobradinha e vou levar também.

1712
1713 **Paulo C. Garcia Brandão - Ministério da Defesa**

1714
1715 Então podemos colocar a próxima reunião no mês de agosto? Nós fechamos esse assunto. Está
1716 encerrada a reunião e obrigado a todos.

1717
1718